

PASSOS A SEREM DADOS EM DIREÇÃO À ADOÇÃO DE UM PLANO DE ESTABILIZAÇÃO

1 — Aprovação do projeto de ajuste fiscal e sua regulamentação pelo Congresso.

2 — Equacionamento dos passivos internos, incluindo: a aprovação da lei de rolagem da dívida de estados e municípios; a assinatura dos contratos de rolagem da dívida do setor elétrico; e a solução para os déficits do FGTS e do Fundo de Compensação das Variações Salariais.

3 — Retomar as negociações com o FMI, que começam na segunda-feira e se estenderão pelos meses de março e abril.

4 — Conclusão do acordo da dívida externa, com a adesão dos bancos credores às propostas feitas pelo Brasil, o que acontecerá até o dia 15 de março.

5 — Alongamento voluntário da dívida interna. O Governo pretende resgatar metade dos papéis que vencem este ano, num total estimado entre US\$ 3,5 bilhões e US\$ 4 bilhões, com dinheiro gerado pelo ajuste fiscal. O Governo pretende conseguir um superávit primário (receitas menos despesas) de 3% a 4% do PIB. O restante da dívida que

vence este ano terá prazos alongados, via lançamento de novos títulos no mercado.

6 — O Governo não vai usar reservas cambiais para alongar o perfil da dívida. As reservas se destinarão a honrar os compromissos externos, garantir as importações e flexibilizar a política cambial, dando condições ao Banco Central de intervir no mercado para evitar movimentos especulativos com o dólar.

7 — A equipe econômica vai manter as consultas a economis-

tas. Na próxima semana, o presidente Itamar Franco receberá dois economistas.

8 — Adoção de medidas fortes, para romper a inflação inercial, provocada pela indexação formal e informal da economia.

9 — O ministro Paulo Haddad admite adotar medidas para criar uma "âncora monetária" — metas rígidas de controle da expansão da moeda, que exigiriam uma alta temporária das taxas de juros.